

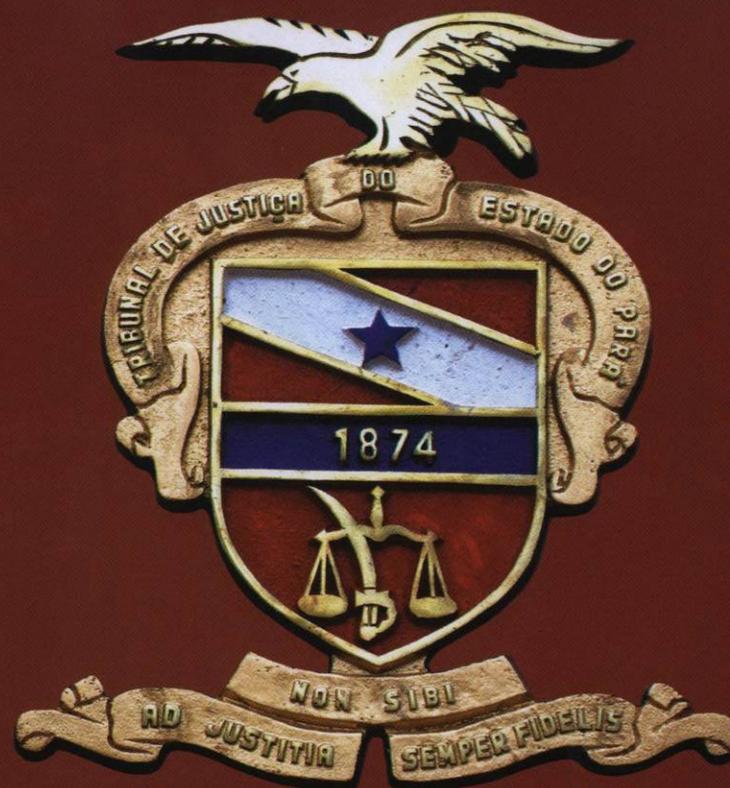


**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**



09811

**Relatório de Gestão 2007**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

# Relatório de Gestão 2007

Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy  
Presidente

# Gestão de Pessoal

O Poder Judiciário do Estado do Pará dispõe de um quadro de pessoal que ainda está aquém das necessidades de atendimento às demandas dos jurisdicionados. A realização de concursos públicos vem suprindo gradativamente os quadros de magistrados e pessoal técnico-administrativo, cuja lotação obedece a critérios de padronização e disponibilidade de vagas criadas em lei.

## **Projeto de Modernização de Gestão de Pessoas**

O projeto de modernização atualmente está em pleno desenvolvimento, teve seu início com a realização do diagnóstico de funcionamento do Departamento, que representou o marco necessário para o dimensionamento de todas as ações a realizar, assim como foram elaborados planos de ação de trabalho para todas as unidades administrativas, foi realizado Workshop de disseminação do projeto para os servidores desta unidade e curso de Gestão Estratégica de Recursos Humanos para os gerentes e técnicos e oficina de planejamento estratégico.

Dentre as demais ações previstas, destacam-se: a concepção do projeto de um novo sistema de gestão de recursos humanos, a padronização, nor-

matização e manualização dos procedimentos desenvolvidos, a revisão e o redesenho dos processos de gestão, a sistematização e atualização de legislação, a avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório e a implementação do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração.

## **Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração**

Para viabilizar a implementação do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração, instituído pela Lei nº 6.969/2007, a Presidência instituiu a Comissão de Enquadramento dos Servidores no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração, composta por servidores do Tribunal de Justiça, a quem também compete a coordenação dos trabalhos da comissão. As atividades no sentido de viabilizar a implementação do mencionado Plano foram iniciadas desde o final de 2006, com a produção dos subsídios necessários à Secretaria de Planejamento para elaboração do orçamento 2007 e previsão para 2008, quando será efetivado o enquadramento dos servidores. Foram elaboradas notas técnicas sobre os servidores estáveis, servidores que passaram por concurso interno e aposentados a fim de subsidiar decisão do Pleno deste Tribunal,

sobre a forma de enquadramento e finalmente elaboração da minuta de redação dos artigos que serão regulamentados e do sistema de avaliação de desempenho.

### **Admissão, Seleção, Desenvolvimento e Manutenção de Capital Humano**

No tocante a admissão de pessoal, foram convocados e nomeados durante este período, novos servidores, para atender a demanda de ampliação do quadro de pessoal.

#### **Admissão**

Do concurso para provimento dos cargos de Analista Judiciário, Auxiliar Judiciário e Atendente Judiciário, em 2007 foram nomeados 173 servidores, faltando chamar 148 concursados até junho/2008.

Do concurso para provimento dos cargos de Auxiliar de Secretaria dos Juizados Especiais e Oficial de Justiça dos Juizados Especiais, expirado em maio/2007, foram nomeados 76 e empossados 66 no cargo de Auxiliar de Secretaria dos Juizados Especiais e 28 nomeados e empossados no cargo de Oficiais de Justiça dos Juizados Especiais.

#### **Aperfeiçoamento Funcional**

Atividades referentes à Capacitação de Servidores realizados no ano de 2007:

- Curso de Processo Administrativo – Teoria e Prática;
- Treinamento sobre o Regime Jurídico Único;
- Realização do Workshop Modernização da Gestão de Pessoas;
- Curso de Gestão de Pessoas;
- Curso sobre Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado;
- Curso de Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Cursos sobre Relações Interpessoais no Trabalho;
- Curso de Licitação e Contratos na Administração Pública;
- Oficina: Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão de Pessoas;
- Oficina de Construção Coletiva do Programa de Capacitação 2008;
- Treinamento para a Semana Nacional pela Conciliação 2007.

Um dos novos Programas implementados por essa administração é o de motivação ao servidor do TJE, na perspectiva de criar melhores condições de trabalho no seu ambiente, estimulando-o para novas idéias e participando, inclusive, das próprias discussões de alternativas de gestão.

Nesse programa, a SEMANA DO SERVIDOR COM LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO foi um diferencial, até então, implementado pelo número de servidores que contribuíram e participaram do evento.



**Ginástica laboral e caminhada ecológica foram atividades desenvolvidas durante a Semana do Servidor**

Realizada no período de 06 a 10 de novembro de 2008, com o Tema “Amor, Ética, Saúde, Compromisso, Reconhecimento, Inovação e Ajuda”, objetivou sensibilizar magistrados e servidores para a importância da qualidade de vida no trabalho, visando o crescimento pessoal e profissional, buscando a visão holística do ser humano; humanizar o ambiente de trabalho estimulando os relacionamentos interpessoais, o respeito e a cooperação; contribuir para a melhoria do ambiente e das condições de trabalho; estabelecer parcerias com diversos setores do TJE, bem como de outras instituições propiciando a operacionalização das atividades propostas.

A semana incluiu atividades esportivas (gimnástica laboral e caminhada ecológica), palestras educativas e ações práticas preventivas com a realização de 1.188 atendimentos.

É preciso enfatizar que as oficinas e palestras realizadas durante a programação foram proferidas, em sua grande maioria, por servidores do TJE/PA.

Durante solenidade de abertura, houve o lançamento do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do TJE/PA, com a realização de conferência sobre Gestão por Qualidade.

### **Estudos Realizados**

Neste período, foram realizados estudos e elaboradas novas normas no sentido de aprimorar os procedimentos necessários à gestão de pessoas, conforme destaca-se:

- Estudo acerca da não incidência da Contribuição

Previdenciária sobre verbas de caráter transitório (adicional de férias, hora extra, etc.);

- Estudos visando a normatização da concessão de licença médica;
- Estudo da normatização para remoção de servidores e serventuários de justiça do interior.

### **Normatização**

- Ponto Eletrônico;
- Concessão de horas extras;
- Vale-transporte;
- Férias.

### **Modernização de Processos**

Prosseguindo com a determinação para que a administração do Tribunal desenvolva estudos visando adequar e padronizar procedimentos, o Departamento de Gestão de Pessoas, em parceria com outras unidades do TJE, desenvolveu os seguintes projetos e implementou ações voltadas à eficiência da gestão.

### **Adicional de Tempo de Serviço**

- Realização de levantamento para identificação do tempo de serviço externo averbado;
- Gerenciamento do processo de automatização da contagem do adicional de tempo de serviço;
- Automatização da contagem do adicional de tempo de serviço.

## DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS NOMEADOS - 2007

Cargo		Área Finalística					Área Meio	Total	
		Capital			Interior	Juizados Especiais			Juiz Substituto
		Fórum Cível	Fórum Criminal	2º Grau					
Juiz Substituto							15	15	
Analista Judiciário	Área Judiciária			5	1			2	8
	Análise de Sistema							4	4
	Arquitetura							3	3
	Biblioteconomia				1			1	2
	Ciências Contábeis							2	2
	Engenharia Civil							1	1
	Pedagogia		1		1				2
	Psicologia				5			1	6
	Serviço Social	4	1		5				10
Auxiliar Judiciário	Área Administrativa	3						21	24
	Área Judiciária	36	16	6	5			3	66
	Motorista				2			11	13
	Prog. de Computador - Desenvolvimento							4	4
	Técnico em Contabilidade							1	1
	Técnico em Enfermagem							2	2
Atendente Judiciário	Área Administrativa	9	10		1			3	23
	Guarda Judiciário							2	2
Juizados Especiais	Auxiliar de Secretaria	26				40			66
	Oficial de Justiça	9				19			28
<b>Total</b>		<b>87</b>	<b>28</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>59</b>	<b>15</b>	<b>61</b>	<b>282</b>

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) - TJE



**Funcionária  
do TJE  
usando  
o Ponto  
Eletrônico**

## **DEMONSTRATIVO GERAL DE SERVIDORES E MAGISTRADOS – 2007** **(Ativo, Inativos e Pensionistas)**

Descrição	Magistrados Ativos	Magistrados Inativos	Servidores Ativos	Servidores Inativos	Pensionistas	Total
<b>Total (2006)</b>	<b>283</b>	<b>97</b>	<b>2.447</b>	<b>273</b>	<b>238</b>	<b>3.338</b>
Retorno ao TJE			20			<b>20</b>
Concursados Nomeados e Empossados	15		267			<b>282</b>
Nomeados p/ Cargos Comissionados e Contratados			91			<b>91</b>
Requisitados			18			<b>18</b>
Afastamentos Diversos*	(9)	(5)	(161)	(7)	(11)	<b>(193)</b>
Inativos / Pensionista		4		19	15	<b>38</b>
<b>Total Atual</b>	<b>289</b>	<b>96</b>	<b>2.682</b>	<b>285</b>	<b>242</b>	<b>3.594</b>

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) - TJE

Nota: \*Aposentadorias, falecimentos, exonerações, demissões, cessões e outros.

# Estatísticas do Poder Judiciário

Com a edição da Resolução n°. 49 de 18 de dezembro de 2007 (que dispõe sobre a organização de núcleos de estatística e gestão estratégica nos órgãos do Poder Judiciário), a Coordenadoria de Estatística que havia sido criada pela Lei n°. 6. 850 de 02 de maio de 2006, passou a dispor de estrutura e condições para seu funcionamento.

As estatísticas do Poder Judiciário, cuja produção de Informações já está subsidiando os estudos técnicos e os de natureza jurisdicional, estão pautadas nos princípios da veracidade dos dados, atualizações constantes e da eficiência. Configura-se como uma fonte confiável que prima pela qualidade da informação, sendo uma ferramenta fundamental no processo de avaliação do desempenho dos Órgãos do Poder judiciário.

A partir do uso e construção de séries temporais estatísticas, as informações geradas são fundamentais para que o Tribunal de Justiça do Estado tenha ferramentas de previsão, de resolução de conflitos e de análises de eficiência de cada unidade. A partir desses parâmetros, a gestão judiciária atua corrigindo ações e procedimentos, minimizando deficiências e otimizando a celeridade processual.

A Coordenadoria também é responsável pela produção das informações solicitadas pelo CNJ e desenvolveu em 2007 diversos trabalhos a saber:

- Análise de viabilidade socioeconômica e georreferencial para instalação de Comarcas;
- Tabulações inerentes aos dados de recursos humanos e espacialização dos Pólos Judiciários;
- Estudo sobre os Nascidos Vivos e Registros de Nascimento no Estado, para subsidiar a Secretaria de Planejamento no relatório sobre o FRC – Fundo de Registro Civil;
- Produção das Estatísticas condicionadas na resolução n°.15/2006 do CNJ “Justiça em Número” e levantamento das Ações Previdenciárias para o Conselho Nacional de Justiça;
- Ativação do Sistema Estatístico para consulta de Indicadores Judiciais pela INTERNET;
- Análise sobre Indicadores Socioeconômicos para reajuste de tarifas e valores contratuais;
- Formulação dos Indicadores do PPA – Plano Pluri-anual do Governo do Estado 2008-2011;
- Elaboração de Indicadores de Gestão para o monitoramento das receitas e despesas do Poder Judiciário.

# MOVIMENTO PROCESSUAL

Considerando a premissa de que o Tribunal de Justiça do Estado Pará - TJE deve empenhar-se em otimizar o desempenho organizacional como medida ímpar para uma melhor tramitação dos fei-

tos e acompanhamento dos avanços da sociedade, conjugamos esforços na apreciação dos processos submetidos a esta presidência cujos resultados encontram-se elencados a seguir.

## DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DA PRESIDÊNCIA DO TJE - 2007

Tipos de Processos	Despachos
Recursos Extraordinários	264
Suspensão de Liminar	26
Agravo Regimental em Suspensão de Tutela Antecipada	5
Pedido de Intervenção Federal	4
Exceção de Suspeição	2
Despachos Diversos	30
<b>Total</b>	<b>331</b>

Fonte: Gabinete da Presidência - TJE

## Fluxo dos Recursos Extraordinários - 2007

Fluxo	Nº. de Processos
Dado seguimento	2
Negado seguimento	208
<i>Repercussão Geral Não Alegada</i>	24
<i>Outros Motivos</i>	184
Recursos Retidos	37
Complementação de Preparo	17
<b>Total</b>	<b>264</b>

Fonte: Gabinete da Presidência/ Secretaria de Informática - TJE

## Coordenadoria dos Precatórios Serviços de Análise de Processos

### OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDIDOS ATÉ 01/07/2007

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado para pagamento no exercício de 2008	53
IGEPREV para pagamento no exercício de 2008	37
Municípios para pagamento no exercício de 2008	15
Assembléia para pagamento no exercício de 2008	01
Fundações para pagamento no exercício de 2008	02
IASEP para pagamento no exercício de 2008	02
IPAMB para pagamento no exercício de 2008	01
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>

### OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDIDOS APÓS 01/07/2007

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado para pagamento no exercício de 2009	15
IGEPREV para pagamento no exercício de 2009	07
Municípios para pagamento no exercício de 2009	09
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>

### REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR EXPEDIDAS 2007

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado	17
IGEPREV	15
Município	09
IASEP	01
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>

### EXPEDIENTES RECEBIDOS /VIA PROTOCOLO 2007

<b>TOTAL</b>	<b>854</b>
--------------	------------

### PROCESSOS AGUARDANDO DEPÓSITO PARA PAGAMENTO 2007

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado	-
IGEPREV	28
Municípios	15
Requisição de Pequeno Valor	03
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>

### PROCESSOS AGUARDANDO DEPÓSITO PARA PAGAMENTO 2006/2007

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
IGEPREV	30
Municípios	41
Requisição de Pequeno Valor	03
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>

### PROCESSOS DE 2007 AGUARDANDO DEPÓSITO PARA PAGAMENTO EM 2008

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado	53
IGEPREV	37
Municípios	15
Fundação	02
IPAMB	01
IASEP	02
RPV	20
<b>TOTAL</b>	<b>131</b>

### PAGAMENTOS EFETUADOS AOS CREDORES 2007

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado (incluindo ações coletivas)	718
IGEPREV (incluindo ações coletivas)	333
Municípios (incluindo ações coletivas)	169
<b>TOTAL</b>	<b>1220</b>

### DESPACHOS PROFERIDOS 2007

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Pedido de Ordem Processual	21
Liberação de Crédito	449
Determinando Inclusão no Orçamento	136
Determinando pagamento de RPV	24
Deferindo Sequestro	16
Homologação de Acordo	13
Remessa ao Ministério Público	184
Remessa ao Serviço de Conferencia de Calculo	83
Deferindo Abandamento de Honorários Contratuais	34
Diligencia ao Juízo de origem	17
Mero Expediente	24
Rejeitando Agravo	04
Sustando Pagamento	10
Dev. de Saldos ao Ente devedor	44
Indeferimento de Pedido de Abandamento de H. Contra.	01
Cancelamento/Suspensão de Precatórios	02
<b>TOTAL</b>	<b>1055</b>

## Coordenadoria dos Precatórios Serviços de Análise de Processos

PROCESSOS EM ANDAMENTO	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Aguardando Alvará Judicial (óbito do beneficiário)	16
Aguardando Prazo Recursal	13
Em diligência	17
Aguardando depósito	236
Serviço de Calculo	34
<b>TOTAL</b>	<b>316</b>

PROCESSOS AUTUADOS 2007	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Crédito Alimentar	82
Crédito Comum	16
Requisição de Pequeno Valor	42
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>

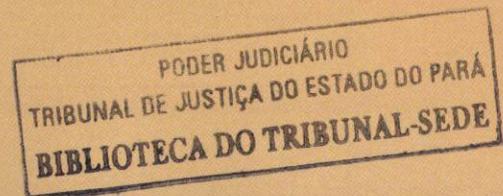
PROCESSOS RPV LIQUIDADOS EXERCÍCIO 2007	
ESTADO	
ESTADO	15
IGEPREV	08
MUNICIPIOS	03
FUNASA	01
FBESP	01
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>

MIGRAÇÃO DOS CRÉDITOS DA POUPANÇA PARA CONTA ÚNICA DO TJE/PA	
ESPÉCIE	VALOR (R\$)
Precatórios	3.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.000.000,00</b>

Belém, 07 de janeiro de 2008.

\_\_\_\_\_  
*Alisolene Oliveira da Costa.*  
Chefe do Serviço de Análise de Processos

\_\_\_\_\_  
*Sueli Carvalho*



## Justiça do 2º Grau – 2007

### Recursos e Ações Cíveis e Criminais Originários

<b>Órgão de Julgamento</b>	<b>Pendentes do Ano Anterior</b>	<b>Iniciadas<sup>(1)</sup></b>	<b>Julgadas<sup>(1)</sup></b>
Tribunal Pleno	806	174	420
Câmara Especial	77	11	14
Conselho da Magistratura	132	40	53
Câmaras Cíveis Reunidas	902	257	610
Câmaras Criminais Reunidas	2.940	1.305	1.595
<b>Total</b>	<b>4.857</b>	<b>1.787</b>	<b>2.692</b>

Fonte: Secretarias Judiciárias e das Câmaras Reunidas

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados aproximados fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento de Processo – SAP2GRAU – Jan a Dez/2007.

### Recursos e Ações Iniciadas e Julgadas no 2º Grau - 2007



Fonte: Secretarias Judiciárias e Câmaras Reunidas

## Recursos e Ações Cíveis e Criminais das Câmaras Isoladas

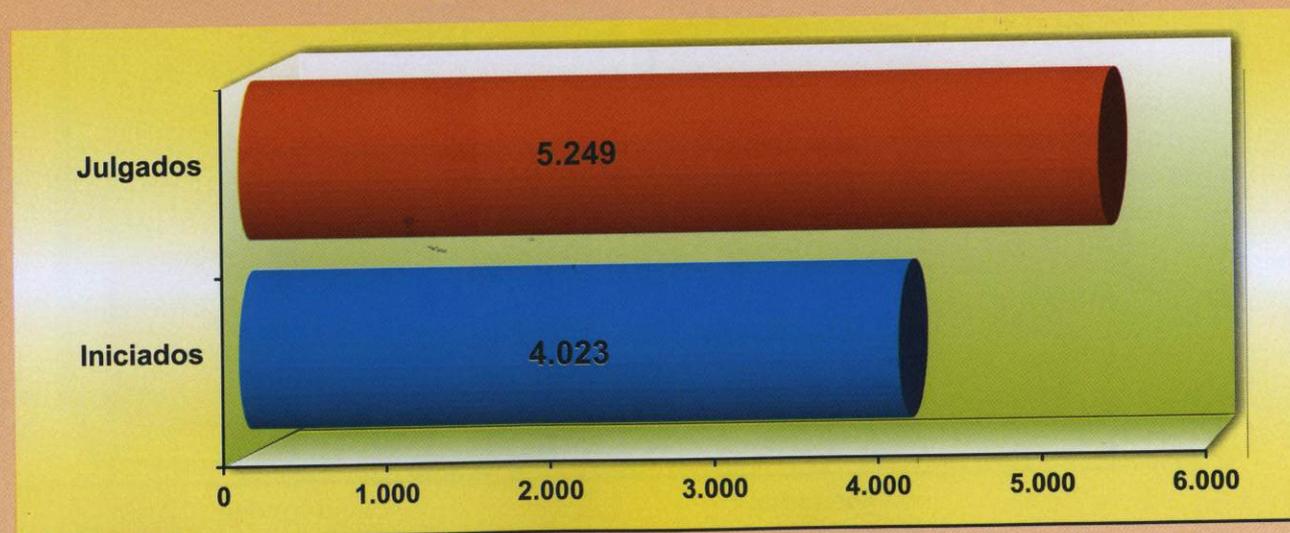
Órgão de Julgamento	Pendentes do Ano Anterior	Iniciadas <sup>(1)</sup>	Julgadas <sup>(1)</sup>
Câmara Especial Isolada	29	03	16
1ª Câmara Cível Isolada	2.327	1.120	1.131
2ª Câmara Cível Isolada	1.780	771	1.720
3ª Câmara Cível Isolada	3.809	705	1.074
4ª Câmara Cível Isolada	1.587	804	631
1ª Câmara Criminal Isolada	1.703	227	228
2ª Câmara Criminal Isolada	1.476	148	248
3ª Câmara Criminal Isolada	651	245	201
<b>Total</b>	<b>13.362</b>	<b>4.023</b>	<b>5.249</b>

Fonte: Secretarias Judiciárias e das Câmaras Isoladas

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados aproximados fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento de Processo – SAP2GRAU – Jan a Dez/2007.

### Recursos e Ações Iniciadas e Julgadas das Câmaras Isoladas - 2007



Fonte: Secretarias Judiciárias e Câmaras Isoladas

# Justiça Comum do 1º Grau – 2007

## COMARCAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

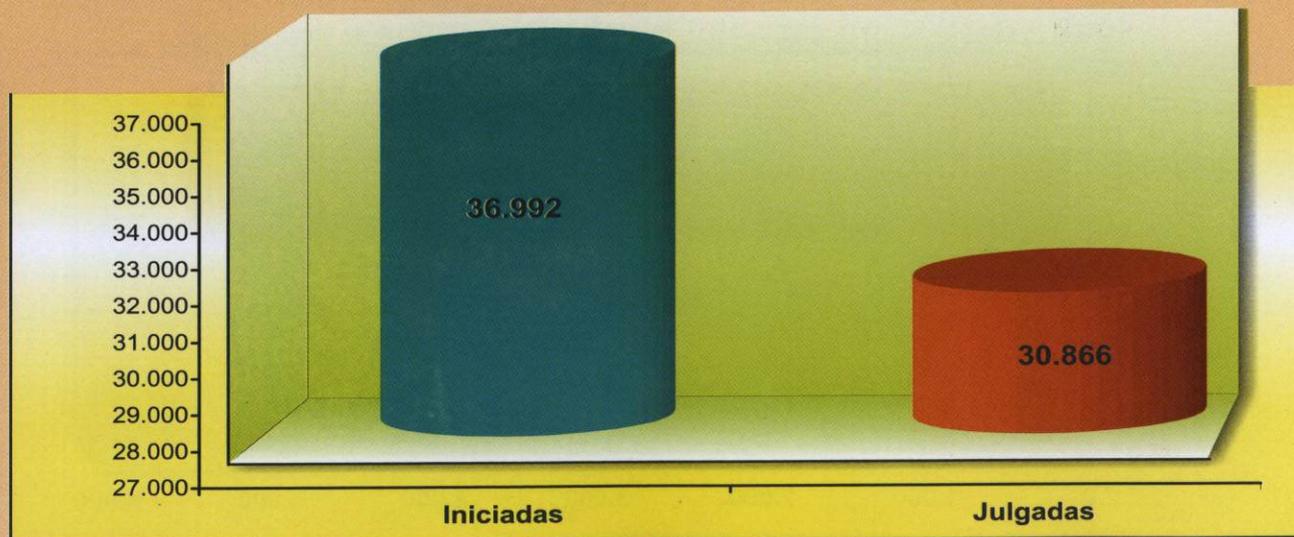
### Ações Cíveis

#### Ações Iniciadas e Julgadas na Região Metropolitana de Belém

Comarcas	Iniciadas <sup>(1)</sup>	Julgadas <sup>(1)</sup>
Ananindeua	5.272	4.073
Belém	29.827	26.057
Benevides	823	230
Marituba	1.070	506
<b>Total</b>	<b>36.992</b>	<b>30.866</b>

Fonte: Secretarias Judiciais das Comarcas da Região Metropolitana de Belém  
Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM  
(1) Dados aproximados fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento de Processo – SAPXXI – Jan a Dez/2007.

#### Ações Cíveis da Região Metropolitana de Belém iniciadas e julgadas - 2007



Fonte: Secretarias Judiciais das Comarcas da Região Metropolitana de Belém

# **COMARCAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

## **Ações Penais**

### **Ações Iniciadas e Julgadas na Região Metropolitana de Belém**

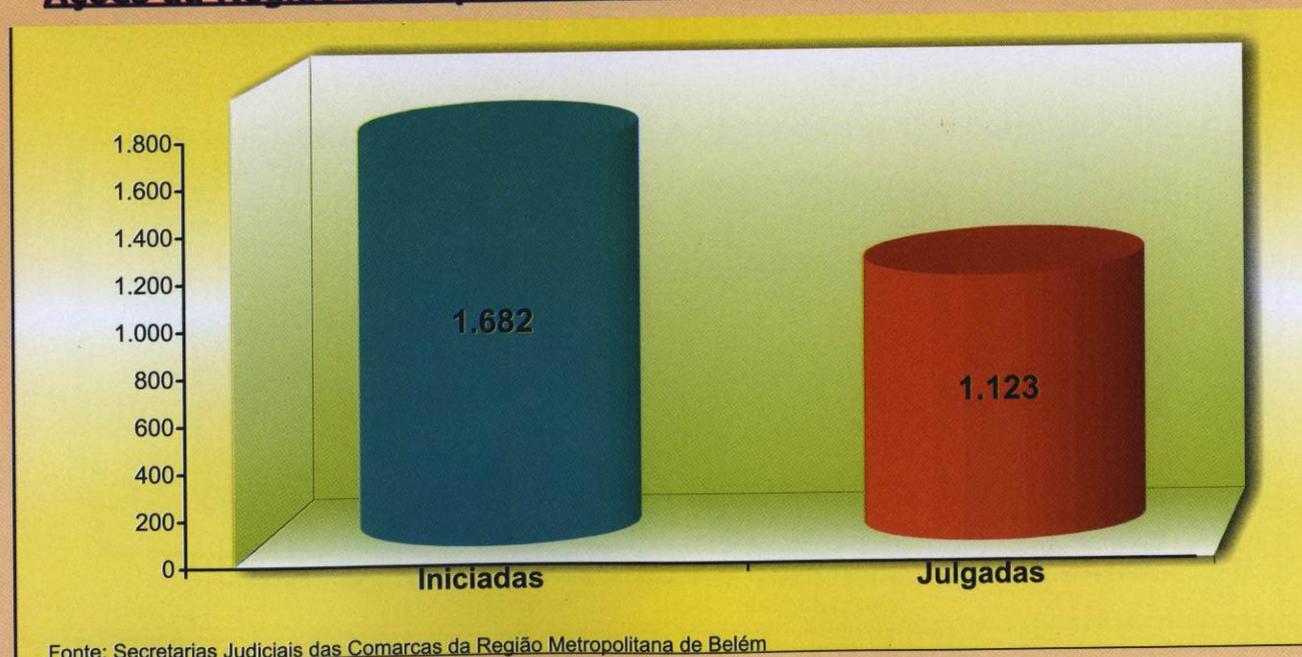
<b>Comarcas</b>	<b>Iniciadas <sup>(1)</sup></b>	<b>Julgadas <sup>(1)</sup></b>
Ananindeua	1.121	478
Belém	469	629
Benevides	31	4
Marituba	61	12
<b>Total</b>	<b>1.682</b>	<b>1.123</b>

Fonte: Secretarias Judiciais das Comarcas da Região Metropolitana de Belém

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados aproximados fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento de Processo – SAPXXI – Jan a Dez/2007 e pelo Sistema BDJ.

### **Ações da Região Metropolitana de Belém Iniciadas e Julgadas - 2007**



Fonte: Secretarias Judiciais das Comarcas da Região Metropolitana de Belém

# Justiça Comum do 1º Grau – 2007

## COMARCAS DO INTERIOR

### Ações Cíveis e Penais

#### Ações Iniciadas e Julgadas no Interior

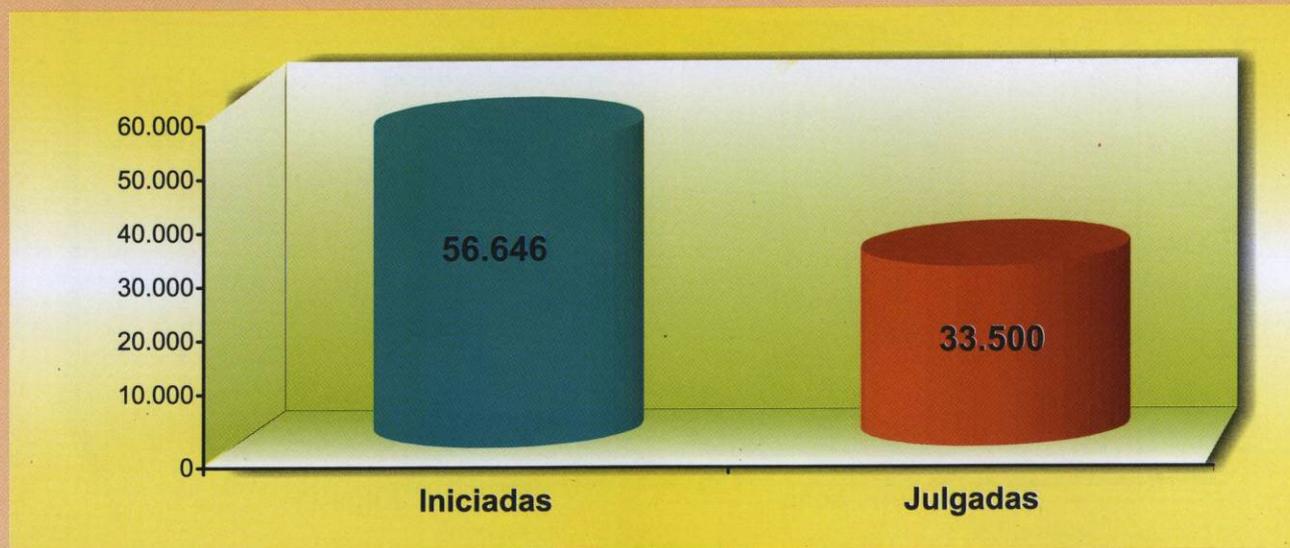
Ações	Iniciadas <sup>(1)</sup>	Julgadas <sup>(1)</sup>
Cíveis	56.646	33.500
Penais	8.334	4.419
<b>Total</b>	<b>64.980</b>	<b>37.919</b>

Fonte: Secretarias Judiciais das Comarcas do Interior

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados aproximados fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento de Processo – SAPXXI – Jan a Dez/2007 e pelo Sistema BDJ.

#### Ações Cíveis das Comarcas do Interior Iniciadas e Julgadas - 2007



Fonte: Secretarias Judiciais das Comarcas do Interior

# Juizados Especiais – 2007

## COMARCAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

### Ações Cíveis

#### Ações Cíveis Julgadas nos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém - 2007

Comarcas	Ações Cíveis		
	Iniciadas <sup>(1)</sup>	Julgadas <sup>(1)</sup>	
		Homologação <sup>(2)</sup>	Sentenças
Ananindeua	709	138	254
Belém	11.739	1.950	6.484
Marituba	196	57	142
Santa Bárbara	171	32	31
<b>Total</b>	<b>12.815</b>	<b>2.177</b>	<b>6.911</b>

Fonte: Secretarias Judiciais das Comarcas do Interior

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados aproximados fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento de Processo – SAPXXI – Jan a Dez/2007 e pelo Sistema BDJ.

#### Ações Cíveis Julgadas por Homologação e Sentenças - 2007



Fonte: Secretarias dos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém

# COMARCAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

## Ações Penais

### Ações Penais Julgadas nos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém

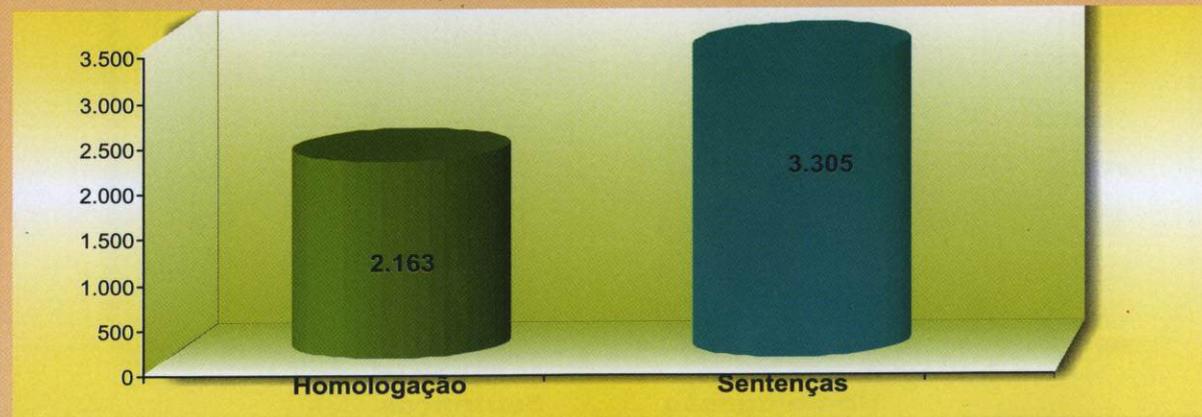
Comarcas	Ações Penais				
	Iniciadas (1)	Julgadas (1)			Sentenças
		Homologação			
		Audiência Preliminar	Transação	Suspensão do Processo	
Ananindeua	1.694	332	281	4	661
Belém	7.494	764	571	144	2.360
Marituba	409	9	19	-	221
Santa Bárbara	751	12	26	1	63
<b>Total</b>	<b>10.348</b>	<b>1.117</b>	<b>897</b>	<b>149</b>	<b>3.305</b>

Fonte: Secretarias dos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados aproximados fornecidos pelas Secretarias dos Juizados Especiais das RMB analisados e cadastrados pela Assessoria Técnica Administrativa da CAM, no Sistema BDJ durante o período de Jan a Nov/2007.

### Ações Cíveis Julgadas por Homologação e Sentenças - 2007



Fonte: Secretarias dos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém

# Juizados Especiais – 2007

## COMARCAS DO INTERIOR

### Ações Cíveis e Penais

#### Ações Cíveis e Penais Julgadas nos Juizados Especiais do Interior

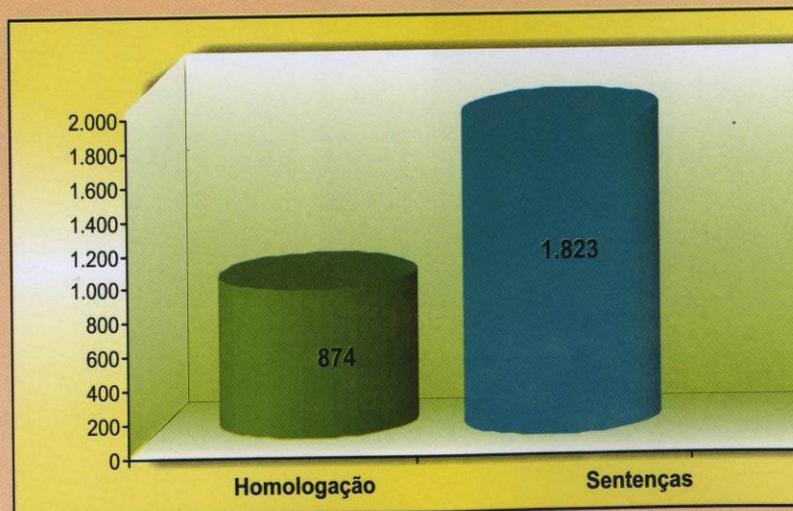
Ações	Iniciadas (1)	Julgadas (1)	
		Homologação	Sentenças
Cíveis	3.554	874	1.823
Penais	3.537	1.439	1.459
<b>Total</b>	<b>7.091</b>	<b>2.313</b>	<b>3.282</b>

Fonte: Secretarias dos Juizados Especiais das Comarcas do Interior

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

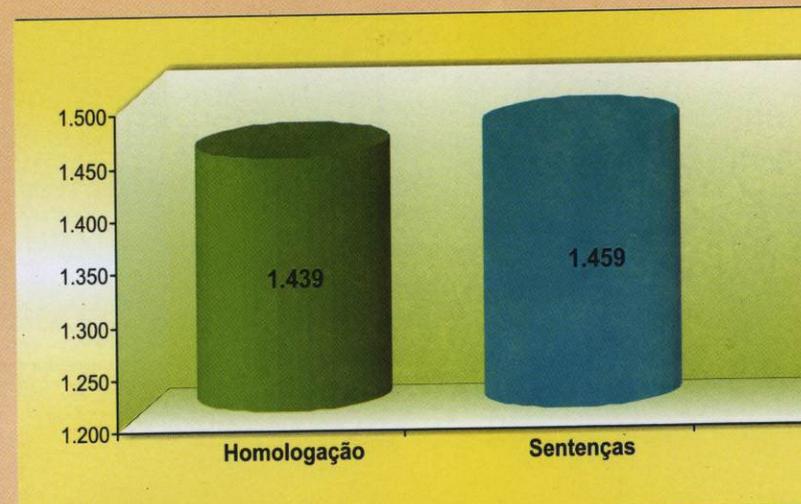
(1) Dados aproximados fornecidos pelas Secretarias dos Juizados Especiais do Interior analisados e cadastrados pela Assessoria Técnica Administrativa das CAM, no Sistema BDJ durante o período de Jan a Nov/2007.

#### AÇÕES CÍVEIS JULGADAS POR HOMOLOGAÇÃO E SENTENÇAS - 2007



Fonte: Secretarias dos Juizados Especiais das Comarcas do Interior

#### AÇÕES PENAIS JULGADAS POR HOMOLOGAÇÃO E SENTENÇAS - 2007



Fonte: Secretarias dos Juizados Especiais das Comarcas do Interior

# Turma Recursal - 2007

## Recursos Cíveis

### Recursos Cíveis Iniciados e Julgados pela Turma Recursal

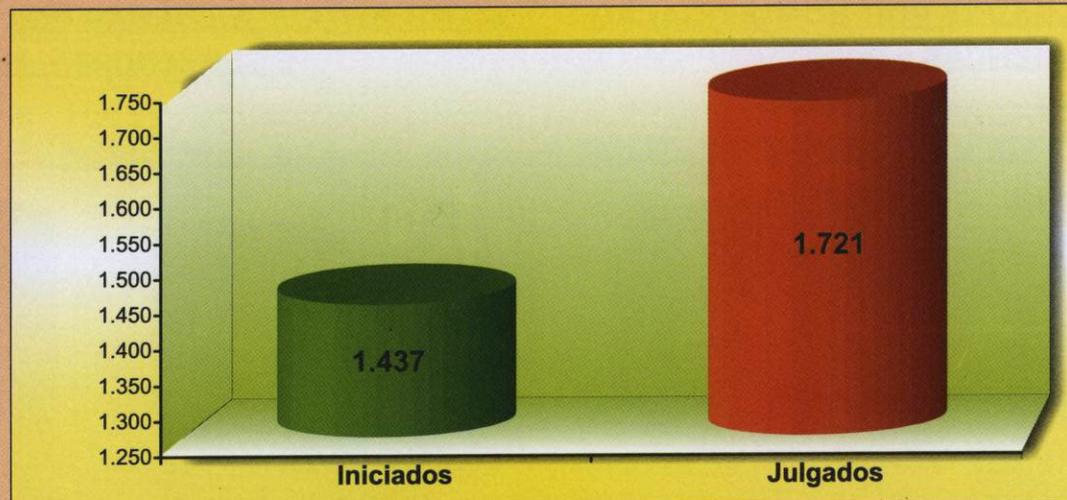
Turmas Recursais	Iniciados <sup>(1)</sup>	Julgados <sup>(1)</sup>
1ª Turma Recursal	665	884
2ª Turma Recursal	772	837
<b>Total</b>	<b>1.437</b>	<b>1.721</b>

Fonte: Secretarias das Turmas Recursais

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados aproximados fornecidos pelas Secretarias das Turmas Recursais analisados e cadastrados pela Assessoria Técnica Administrativa da CAM, no Sistema BDJ durante o período de Jan a Nov/2007.

### Recursos Cíveis Iniciados e Julgados pela Turma Recursal - 2007



Fonte: Secretaria das Turmas Recursais

## Recursos Penais

### Recursos Penais Iniciados e Julgados pela Turma Recursal

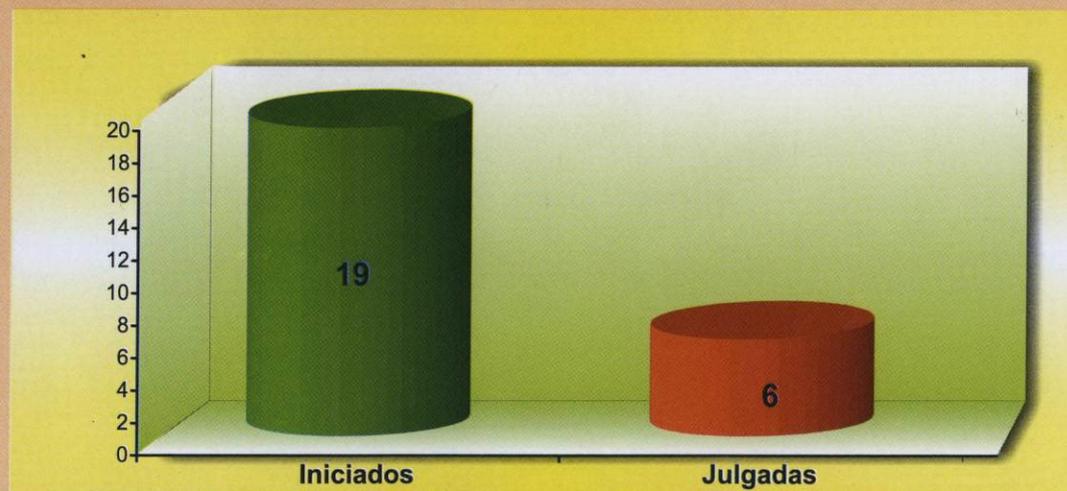
Turmas Recursais	Iniciados <sup>(1)</sup>	Julgados <sup>(1)</sup>
1ª Turma Recursal	9	3
2ª Turma Recursal	10	3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>6</b>

Fonte: Secretarias das Turmas Recursais

Análise e Tabulação dos Dados: Coordenadoria de Estatística / Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados aproximados fornecidos pelas Secretarias das Turmas Recursais analisados e cadastrados pela Assessoria Técnica Administrativa da CAM, no Sistema BDJ durante o período de Jan a Nov/2007.

### Recursos Penais Iniciados e Julgados pela Turma Recursal - 2007



Fonte: Secretarias das Turmas Recursais



**Implantação do Sistema Informatizado de Venda de Selos de Segurança do TJE**

# Fundo de Reaparelhamento do Judiciário

As fontes de receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário são oriundas das custas judiciais, taxa judicial, taxa de fiscalização, comercialização de selos de segurança, remuneração sobre aplicações financeiras diversas, locação de imóveis, taxas de inscrições nos cursos da Escola Superior da Magistratura e outras receitas.

Seguindo as metas traçadas no Plano de Trabalho para o Biênio, a Coordenação Geral de Arrecadação vem priorizando o aprimoramento e aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos disponíveis, facilitando a arrecadação dos recursos que compõem o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e proporcionando comodidade, facilidade e rapidez aos usuários que necessitam utilizar os diversos sistemas de arrecadação.

A implantação do Sistema Informatizado de Venda de Selos de Segurança permitiu a todos os Cartórios Extrajudiciais do Estado a possibilida-



de de efetuar a solicitação do pedido de compra de selos de segurança através da internet, assim como a impressão do boleto de pagamento, facilitando sobremaneira os procedimentos necessários a efetivação da compra de selos.

Outra ferramenta permitida pelo Sistema implantado, é a consulta por número e série do selo de segurança, permitindo aos usuários confirmarem para que serventia foi disponibilizado o uso do selo. Esta nova ferramenta possibilitou um incremento de 16,05% na venda de selos de segurança, tendo sido comercializados durante o ano corrente um quantitativo de 6,9 milhões de selos.

Na mesma linha de trabalho, a Coordenação

Geral de Arrecadação juntamente com a Secretaria de Informática estão otimizando um novo Sistema Informatizado de Boletins de Arrecadação da Taxa de Fiscalização. A Taxa de Fiscalização apresentou um crescimento na ordem de 17,20%, quando comparado ao ano anterior.

No que concerne à arrecadação das Custas Judiciais, a atual administração optou em realizar um trabalho de conscientização de magistrados e servidores, da importância de suas atuações para o correto recolhimento das custas, despesas e taxa judicial, o que vem ocorrendo através de instruções e esclarecimentos nos Seminários Regionais e pelas Unidades de Arrecadação Judicial já instaladas.

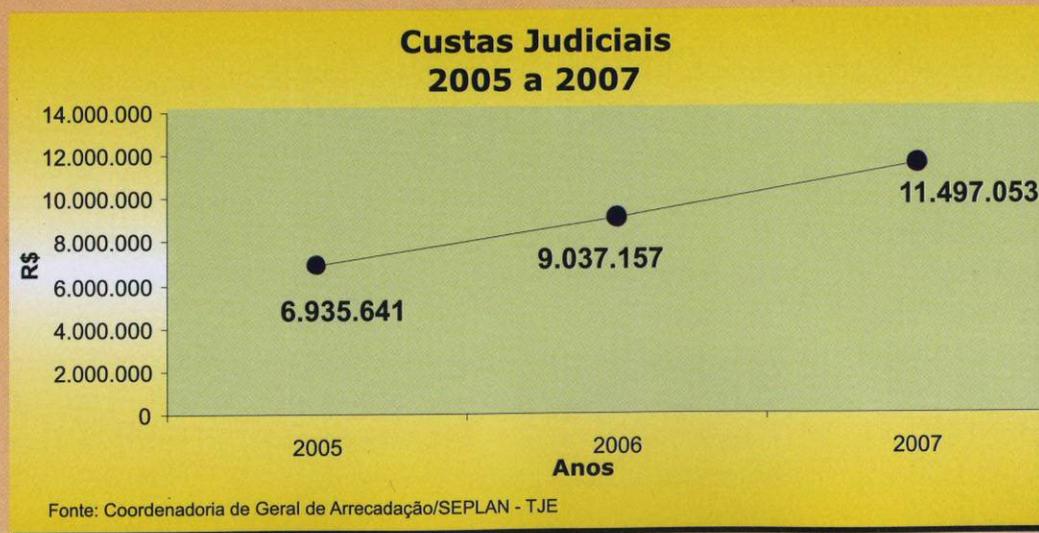
Ressalta-se ainda, que no curso deste ano foi autorizada a implantação da UNAJ - Capanema, Comarca sede da 5ª Região Judiciária que deverá entrar em funcionamento efetivo durante o curso do mês de Janeiro/2008 e, em caráter excepcional, foi autorizada e implantada no mês de dezembro, a UNAJ - Parauapebas, considerando a crescente demanda e com-



## **AS 10 (DEZ) MAIORES ARRECADAÇÕES JUDICIAIS 2007**

Ranking	Comarca	Valor (R\$)
1º	Belém	4.006.259,17
2º	Ananindeua	1.015.450,31
3º	Marabá	676.389,77
4º	Santarém	644.274,82
5º	Castanhal	453.884,84
6º	Paragominas	289.079,34
7º	Redenção	264.389,12
8º	Altamira	251.011,99
9º	Parauapebas	230.478,49
10º	Tucuruí	210.876,19

Fonte: Coordenadoria Geral de Arrecadação/SEPLAN - TJE



plexidade processual, já apontada entre as dez maiores em volume de arrecadação.

Tais medidas geraram frutos positivos que podem ser constatados com o crescimento gradativo das custas judiciais arrecadadas, principalmente se considerarmos que a Tabela de Custas Judiciais não sofreu atualização monetária nos últimos dois anos, 2006/2007. O crescimento real foi da ordem de 27,22%.

Há que se ressaltar os esforços de aprimoramento dos controles para proporcionar crescimento real das receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, com declínio apenas em uma única fonte de recursos, a dos rendimentos sobre os depósitos judiciais.

Contudo, tal circunstância deve-se a fatores vinculados a política econômica firmado pelo Governo Federal, que influenciou na queda da taxa SELIC em 29,52% em 2007 em relação a 2006, o que gerou uma redução no volume desta receita na ordem de 35,27% no ano corrente, quando comparado ao mesmo período do ano passado.

**DESEMPENHO DA MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS,  
EVIDENCIANDO O COMPORTAMENTO DA TAXAS SELIC E CDI.**

Mês	2006	2007	2006	2007
	Spread - Remuneração FRJ (R\$)		CDI - Taxa Anual (%)	
Janeiro	527.924,52	435.601,20	17,99	12,84
Fevereiro	642.549,28	390.339,61	17,24	12,86
Março	540.995,98	424.928,91	16,47	12,60
Abril	631.757,47	332.574,27	15,63	12,33
Maio	634.727,02	370.531,59	15,63	12,33
Junho	506.840,86	323.755,53	15,13	11,86
Julho	589.041,34	346.831,27	14,59	11,38
Agosto	522.308,70	339.341,12	14,62	11,36
Setembro	546.188,32	320.631,83	14,13	11,10
Outubro	552.300,56	338.407,42	13,60	11,11
Novembro	478.478,36	319.399,00	13,61	11,13
Dezembro	444.761,89	341.665,70	13,16	11,12
<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>6.617.874,30</b>	<b>4.284.007,45</b>	<b>442,95</b>	<b>282,68</b>
	<b>Taxa Acumulada no Ano (%)</b>			
<b>Média Anual</b>	<b>551.489,53</b>	<b>357.000,62</b>	<b>15,15</b>	<b>11,84</b>
<b>Crescimento Anual (%) (Jan a Dez)</b>	<b>(15,75)</b>	<b>(21,56)</b>	<b>(4,09)</b>	<b>(1,52)</b>
<b>Variação Anual (%) (2007/2006)</b>	<b>(35,27)</b>		<b>(29,52)</b>	

Fonte: Coordenadoria de Depósito Judicial/SEPLAN TJE

# Equilíbrio Fiscal

Para garantir a execução das ações prioritárias do Plano de Trabalho dessa Administração, foram implementadas ações que assegurassem o equilíbrio fiscal mediante a melhoria na utilização dos recursos públicos com o custeio deste Poder.

Neste sentido foram editadas as Portarias de nº 01/2007-GP e 0553/2007-GP que contingenciaram os gastos com as despesas correntes, ao mesmo tempo que normatizou-se o pagamento dos débitos oriundos das relações funcionais de servidores e magistrados reconhecidos administrativamente, relativos às parcelas de exercícios anteriores.

Além de tais providências, e também da implementação do racionamento do consumo de energia, água, telefone, publicidade, diárias e outros, foi possível garantir o equilíbrio fiscal deste Tribunal, a despeito do aumento da área física de 109.374,00 m<sup>2</sup> em novembro/2006 para 126.484,63 m<sup>2</sup>, em dezembro/2007, que importou num incremento da ordem de 15,64%, provocando, entretanto, um aumento dos gastos correntes e de capital de apenas 0,48%.

Contudo, há que se ressaltar que apesar das ações implementadas e executadas por este Poder

no tocante aos controles dos gastos, fator reconhecidamente prioritário na administração pública moderna para garantia do necessário equilíbrio fiscal, este Tribunal teve suas ações restringidas face à disponibilidade orçamentária do exercício a despeito de encontrar-se com comprometimento de gastos com pessoal abaixo do limite constitucional de 6%, considerando que o comprometimento atual é de 4,0307%.

Registra-se, também, que as quotas financeiras autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias são insuficientes para custear a superação do déficit estrutural de recursos humanos – 130 Magistrados e 780 Servidores, impossibilitando desta forma a recomposição do quadro funcional e a programação de expansão dos serviços judiciais para os 36 municípios onde este Poder ainda não se faz presente.

As insuficiências das quotas orçamentárias refletiram nos indicadores nacionais, apurados em 2006, pelo Conselho Nacional de Justiça, no que tange aos gastos per capita com a justiça estadual, ao registrar que enquanto a média nacional é de R\$ 91, 28, a média per capita do Estado do Pará é de R\$ 29,28.



# Controle e Gerenciamento dos Depósitos Judiciais

Com a edição da Lei Estadual nº. 6.750/2005, de 19/05/2005, foram estabelecidas as normas e os mecanismos de gestão dos depósitos judiciais, que se encontram sob a guarda deste Poder.

A partir da normativa legal, foram realizadas diversas etapas de procedimentos administrativos para informatização, controle, gerenciamento e monitoramento do Sistema de Conta Única, inclusive com a celebração de Convênio de Cooperação Técnica nº29/2006, celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Essas e outras medidas permitiram que no dia 02/01/2008 fosse implantado o Sistema de Gestão de Depósitos Judiciais do TJE-PA – SDJ (foto ao lado), que irá substituir o Sistema de Depósitos Judiciais disponibilizado pelo Banco do Estado do Pará desde o ano de 2002.

O Sistema de Gestão de Depósitos Judiciais do TJE-PA – SDJ permitirá que todas as operações relativas aos depósitos judiciais passem a serem realizadas, por Magistrados e servidores, através de um sistema computacional, conforme o nível de autorização de cada um.

Além disso o SDJ conta com um módulo de gestão financeira, permitindo o efetivo monitoramento e controle da Conta Única de Depósitos Judiciais deste Poder, e as seguintes funcionalidades básicas:

- Criação de contas vinculadas aos processos;
- Depósitos mediante boleto bancário, eliminando-se um fluxo trabalhoso de controle e monitoramento das transferências de depósitos judiciais de outros bancos oficiais para a Conta Única no Banpará, já que nenhuma das instituições bancárias oficiais possuem agências em todos os nossos municípios;
- Saques e emissão de Alvará comandados pela Comarca, via sistema;
- Consulta e emissão de extrato da conta vinculada a dado processo pela própria Comarca “online”;
- Atualização dos depósitos pelo índice da poupança pró-rata dia, com mecanismos de controle e acompanhamento feito pelo TJE.



Mesa de abertura do III Encontro da Magistratura, presidida pela presidente do TJE, Albanira Bemerguy



Desa. Albanira Bemerguy participa da Reunião com Magistrados, na sede do Fórum Cível da Capital

# Síntese da Agenda

## **FEVEREIRO**

■ Empossados no TJE a presidente Albanira Bemerguy, o Vice Rômulo Nunes, os Corregedores e os membros do Conselho da Magistratura

■ Portaria da Presidência (nº 0324/2007) e Provimento Conjunto das Corregedorias das Comarcas da Região Metropolitana de Belém e do Interior (nº002/2007), estabeleceram regras específicas sobre o pagamento de custas judiciais no Estado.

■ O Pleno do TJE aprovou o vitaliciamento de 15 magistrados.

■ Publicada a Resolução nº 005/2007, dispondo sobre a instalação da 4ª Câmara Cível Isolada e alterando o inciso III do parágrafo 1º do artigo 19 e o artigo 26 do Regimento Interno do TJE.

■ Realizado o III Encontro Anual da Magistratura, em que a presidente Albanira Bemerguy apresentou aos mais de 250 magistrados presentes o Programa de Ação Prioritárias para o biênio 2007/2009, referido em seu discurso de posse.

■ A presidente Albanira Lobato Bemerguy reuniu com os magistrados que atuam na área ci-

vel da Comarca de Belém, objetivando a contínua melhoria dos serviços de Justiça, que envolvem a atuação dos magistrados, servidores e serventuários. Também solicitou a atenção dos juizes para portaria sobre providências e procedimentos destinados a aumentar a segurança nos prédios dos Fóruns Cível e Criminal.

■ O Pleno do TJE aprovou Resolução alterando a competência das Varas da Comarca de Benevides. Com as mudanças, tanto a 1ª como a 2ª Vara Penal terão competência nas áreas Cível e Penal.

- O Pleno também definiu as comissões permanentes do Judiciário durante o biênio da gestão: de Concurso; de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos; de Informática; de Jurisprudência, Biblioteca e Revista; Técnica Especial; e de Processamento e Apuração de Processo Administrativo.

## **MARÇO**

■ A 20ª Vara Penal de Belém passa a ter competência para processar e julgar práticas de organizações criminosas e entrará em procedimentos para instalação

A desembargadora Albanira Bemerguy participou da abertura e da primeira parte da 16ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Combate às Orga-



nizações Criminosas (GNCO), realizada no Ministério Público do Estado do Pará, reunindo procuradores brasileiros e do exterior.

■ Os juizes atuantes na capital e no interior do Estado passam a contar com a Central de Apoio aos Magistrados (CAM), anunciada pela presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Albanira Bemerguy, e formalizada por decisão unânime do Pleno do TJE.

■ Termo Judiciário de Magalhães Barata, até então ligado à Comarca de Marapanim, passa à jurisdição da Comarca de Igarapé-Açu, conforme Resolução aprovada pelo Pleno do TJE.

■ Pleno do TJE aprova abertura de concursos públicos para preenchimento de vagas nos cargos de Juiz Substituto e de Serventuários da Justiça (Diretor de Secretaria e Auxiliar de Secretaria).

■ A desembargadora Albanira Bemerguy recebeu em audiência o secretário executivo da Fazenda, José Raimundo Trindade; o procurador geral do Estado, Ibraim Rocha; o presidente da Prodepa, Carlos Renato Francês; o coordenador fiscal da PGE, Eduardo Gomes; e o diretor fazendário, Jô Sales, objetivando a potencialização do sistema de arrecadação do Estado e do Judiciário, particularmente os resultantes da dívida ativa em processos de execução fiscal.

■ Em cerimônia simples, mas de grande significado para as atividades de magistrados e do Judiciário paraense, a presidente Albanira Bemerguy

promoveu a instalação oficial do Centro de Apoio à Magistratura.

■ Mais de 70 candidatos aprovados no concurso público realizado em 2002, para provimento de vagas nos Juizados Especiais, foram convocados para a realização de exames pré-admissionais.

■ Em solenidade realizada na Escola de Governo do Estado do Pará, foram entregues a 38 concluintes os diplomas de conclusão do Curso de Capacitação em Gestão Pública, com ênfase no Poder Judiciário. Entre os diplomados estão desembargadores, juizes e serventuários do Tribunal de Justiça do Estado, inclusive a presidente Albanira Bemerguy.

■ A presidente do TJE fez a entrega ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Domingos Juvenil, que a recebeu acompanhado de todas as lideranças de bancadas, do anteprojeto de lei que trata da reestruturação organo-funcional administrativa do Poder Judiciário, aprovado pelo Pleno do TJE.

- O TJE aprovou, em sessão do Pleno, as três primeiras súmulas da história do Poder (o quarto mais antigo do país), elaboradas pelo desembargador Milton Nobre e dispendo sobre matéria penal. As súmulas foram submetidas ao Pleno do TJE depois de aprovadas, também à unanimidade de votos, pelos desembargadores integrantes das Câmaras Criminais Reunidas do TJE, em razão de jurisprudências pacíficas e uniformes do referido Colegiado, em consonância com os verbetes correspondentes, constantes das súmulas do Superior Tribunal de Justiça de nºs 52, 21,64 e 309.



Desa. Albanira Bemerguy, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, proferiu palestra, no Seminário de Controle Externo da Administração Pública Municipal, promovido pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, em Belém

■ A desembargadora Albanira Bemerguy proferiu palestra no Seminário de Controle Externo da Administração Pública Municipal, promovido pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, em Belém. Abordou o tema “Controle Judicial da Administração Pública”.

■ As Corregedorias de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior publicaram o Provimento Conjunto nº 003/2007, estabelecendo instruções para a realização dos serviços instituídos pela Lei nº 11.441/07, correspondente à lei que possibilita a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.

■ A presidente Albanira Bemerguy, retornou de Brasília, onde cumpriu programa de visitas protocolares e foi recebida em audiências nos Tribunais Superiores, sediados na Capital Federal.

■ A desembargadora Albanira Bemerguy programou a realização de um mutirão da Vara de Juizado do Consumidor, destinado a agilizar a solução de pendências envolvendo ações movidas por pessoas que se consideram prejudicadas por produtos e serviços adquiridos.

- Operacionalizando mais uma das ações prioritárias definidas para a sua gestão, a desembargadora Albanira Bemerguy instalou a 4ª. Câmara Cível Isolada.

- Os pedidos de desbloqueio de matrícula de imóveis rurais, que antes poderiam ser encaminhados diretamente à Corregedoria das Comarcas do Interior ou às Varas Agrárias, por delegação, agora

deverão ser encaminhados apenas para as Varas Agrárias. A Corregedoria ficará competente para funcionar, exclusivamente, como Órgão Recursal da via administrativa. A alteração da competência da Vara Agrária e o revigoramento de competência da Corregedoria foram definidos na Instrução nº 002/2007, pelo corregedor das Comarcas do Interior, desembargador Constantino Guerreiro.

■ O “Diário da Justiça” publicou a Portaria nº 0730/2007-GP, através da qual a presidente Albanira Bemerguy constitui uma Comissão Permanente destinada à Organização de Mutirões nas Varas Cíveis da Comarca da Capital.

■ O TJE firmou convênio com a Escola Superior da Magistratura, a 3ª Vara Cível de Belém restritiva dos feitos da Infância e Juventude, e com o Grupo de Estudo e Apoio à Adoção em Belém (Grupo Renascer) para implementação do projeto “Curso de Formação para Pretendentes a Pais por Adoção”. O objetivo é orientar, sobre os aspectos psicológicos, sociais e legais da adoção, os que optam por esse procedimento, proporcionando-lhes maior conhecimento desta forma de maternidade e de paternidade.

- O Pleno do TJE aprovou Resoluções referentes às 25ª, 26ª e 30ª Varas Cíveis da Comarca da Capital, e à Comarca de Abaetetuba. Na primeira, o Tribunal especializa a competência da 25ª e 26ª Varas, que passarão a processar e julgar, por distribuição, os feitos da Fazenda Pública Municipal, e ratifica a especialização da competência da 30ª Vara, que ficará responsável pelos feitos de Execução Fiscal do Estado. Em relação à Abaetetuba, a resolução aprovada altera a competência das Varas Cíveis da Comarca.



O Fórum que debateu a atuação do Judiciário na Região Norte contou com as presenças do secretário do CNJ, juiz Sérgio Tejada e do corregedor Nacional, ministro Pádua Ribeiro



■ O I Fórum de Debates sobre Prestação Jurisdicional na Região Norte, em Belém, proporcionou a oportunidade para que os corregedores estaduais de Justiça regionais analisassem as peculiaridades de cada Estado, que comprometem a qualidade e a eficiência das funções. A presença do corregedor Nacional de Justiça, ministro do STJ Antônio de Pádua Ribeiro, e do secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, juiz federal Sérgio Tejada Garcia, permitiu que lhes fossem prestadas informações detalhadas sobre a realidade regional.

## **ABRIL**

■ O TJE foi convidado a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Belém no sentido de viabilizar projetos que promovam a ressocialização e inclusão social de egressos do Sistema Penitenciário, bem como para a aplicação de Penas e Medidas Alternativas. Em visita realizada à presidente Albanira Bemerguy, o prefeito Duciomar Costa aproveitou a oportunidade para sugerir um projeto de Escola de Pesca, para implantação no distrito de Icoaraci, em parceria com o Judiciário.

■ Seis magistrados e seis serventuários de Justiça estarão empenhados no programa de Mutirão permanente, instalado pela presidente do TJE. A cada mês, Varas serão atendidas, após o que as equipes serão incorporadas aos respectivos efetivos.

- Vara de Juizado do Consumidor promove mutirão para agilizar mais de 700 ações movidas por consumidores contra prestadoras de serviços e produtos.

■ As Corregedorias das Comarcas da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior publicaram no Diário da Justiça o Provimento Conjunto nº 004/2007, através do qual ficam atualizadas monetariamente as tabelas anexas à Lei Estadual 6.094/97, com as adaptações procedidas pelo Provimento nº 003/2001, relativas aos emolumentos devidos pela prática dos atos notariais de registro no Estado.

■ Na sessão do dia 10 de abril, o plenário da Assembléia Legislativa do Estado aprovou, por unanimidade, o projeto de Lei que dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração (PCCR) do Poder Judiciário que, agora, vai à sanção da governadora do Estado.

■ O TJE, através da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, de que é titular o desembargador Constantino Guerreiro, encaminhou ofício circular a todas as Comarcas, solicitando levantamento da situação carcerária nos municípios paraenses.

- Em nome da presidente Albanira Lobato Bemerguy, a Corregedora de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, esteve em visita aos Fóruns Distritais de Icoaraci e Mosqueiro.

■ As equipes de técnicos lotados nas varas de execução penal (8ª e 21ª) começam a fazer levantamento, por determinação dos respectivos juizes, sobre a situação social, econômica e grau de escolaridade de cada apenado.

**A coordenadora dos Juizados Especiais, Desa. Célia Pinheiro, abriu o mutirão do consumidor, realizado pela juíza do Consumidor, Luzia do Socorro Silva dos Santos e auxiliares**



**Desas. Albanira Bemerguy, Presidente do TJE, Nazaré Gouveia e Célia Regina Pinheiro em reunião com representantes do Sistema Penal**

■ O juiz Emerson B. Pereira de Carvalho, Juiz de Direito Substituto da 1ª Vara e Diretor do Fórum da Comarca de Altamira (PA), editou a portaria de nº 006/07, de 18 de abril, unificando protocolos e criando a central de mandados do Fórum.

■ Em São Geraldo do Araguaia, Comarca localizada na Região Sul do Estado, o juiz Edivaldo Saldanha Souza começou os procedimentos para a seleção de 25 comissários voluntários, para o trabalho de fiscalização e combate a violação dos direitos da criança e do adolescente.

■ A presidente Albanira Bemerguy empossou, no cargo de juiz de 3ª Entrância, os juizes Marcus Alan de Melo Gomes, Laércio de Almeida Larêdo, Márcia Cristina Leão Murrieta, Eliane dos Santos Figueiredo, Lúcio Barreto Guerreiro, Tânia Batis-tello e Eric Aguiar Peixoto.

- A Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém publicou as Ordens de Serviço nº 1 e nº 2, dispondo, respectivamente, sobre a obrigatoriedade da confecção de relação de documentos emitidos gratuitamente pelos cartórios extrajudiciais e referentes à disponibilização de requerimento próprio na Secretaria da Corregedoria de Justiça da RMB para eventuais reclamações e representações contra juizes e serventuários do Poder Judiciário.

■ Mais três Ordens de Serviço foram publicadas pela Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém no "Diário da Justiça". A O.S. nº 03/2007 dispõe sobre a organização e atualização dos assentamentos individuais dos

juizes de Direito da RMB. A O.S. nº 04/2007 trata da organização e atualização dos assentamentos individuais dos serventuários da RMB. E a O.S. nº 05/2007 trata da análise dos relatórios de produtividade encaminhados pelos juizes da RMB.

-TJE convoca para assumirem cargos no Judiciário candidatos aprovados em concursos de 2002 e 2006

■ A corregedora de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém editou a Portaria nº 056/2007-CJRMB, designando Comissão especial destinada a acompanhar o andamento dos processos que envolvam os presos provisórios da Região Metropolitana e sugerir a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

- Desembargadores, inclusive a presidente Albanira Bemerguy, participam do curso de Altos Estudos em Processo Civil promovido pela ESM e ministrado pela doutorada em Processo Civil pela PUC de São de Paulo, Gisele Góes.

■ O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado iniciou a apreciação da Súmula nº 004/2007, que dispõe sobre a prisão cível de inadimplentes de pensão alimentícia.

- Em Portaria editada pelo ministro da Justiça, Tasso Genro, sob o nº 515, de 07 de março corrente, a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos foi nomeada e empossada como membro da Comissão Nacional de Apoio e Fomento às Penas e Medidas Alternativas.

- As Comarcas de Santarém e de Marabá passarão a contar com Varas restritivas da Execução Penal. A instalação da 9ª Vara em Santarém

**Curso de Altos Estudos  
em Processo Civil para  
Desembargadores**



**Representantes da  
Amici dei Bambini  
visitaram  
magistrados no TJE**



e da 7ª Vara em Marabá constam da Resolução nº 016/2007, aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado. A referida Resolução além de dispor sobre a instalação das duas Varas, criadas pela Lei 6.870/2006, trata sobre a Execução Penal no Estado como um todo, descentralizando-a. O Pleno também aprovou a Resolução nº 015/2007, que discorre sobre a implantação de mais cinco cargos de juizes não titulares de Vara de 3ª Entância, para atuarem em Belém.

■ A presidente do TJE abriu a manhã de palestras do “workshop” “Modernizando a Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado”, promovido através da Secretaria de Administração, seu Departamento de Gestão de Pessoas e Serviço de Treinamento e Formação.

- A Coordenação de Arrecadação do TJE disponibilizará aos cartórios extrajudiciais, a partir do dia 2 de maio, o serviço de comercialização via internet dos selos de segurança do Judiciário, utilizados nos documentos notariais.

## **MAIO**

■ TJE apôs a foto do Des. Milton Nobre na galeria dos ex-presidentes e outorgou o “Mérito Judiciário” ao ministro do STF Sepúlveda Pertence, que também ministrou a aula magna inaugural do ano letivo da ESM.

■ Servidores participam do curso de Relações Interpessoais no Trabalho promovido pela Presidência do TJE.

- Jovens assistidos pela Funcap concluem es-

tágio remunerado no TJE e recebem certificados.

■ TJE promoverá, através da Escola Superior da Magistratura, um curso sobre processo eletrônico, que tem como público alvo preferencial os magistrados.

■ Em visita à Comarca de Santarém, a presidente do TJE Albanira Bemerguy promoveu reuniões de trabalho e passou em revista os detalhes objetivando a instalação da nova Vara de Execuções Penais.

- Em solenidade realizada no salão nobre da sede do TJE, a presidente do TJE celebrou convênio com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público do Estado, a Prefeitura Municipal de Belém e o IBAMA, objetivando a operacionalização das penas e medidas alternativas.

■ A desembargadora Albanira Bermerguy procedeu à abertura do XII Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção (ENAPA) que objetiva o debate das questões relativas aos medos e expectativas resultantes de um processo adotivo.

■ A Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém realizou a primeira de uma série de reuniões que manterá mensalmente com os juizes diretores dos fóruns das Comarcas que integram a RMB (Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides), além dos fóruns distritais de Icoaraci e Mosqueiro.

■ A presidente Albanira Bemerguy, promoveu



Desa. Albanira Bemerguy ao lado do Maj-Brig-do-Ar Osvaldo José de Oliveira e dos Comandantes da 8ª. Região Militar, Gal. Jeanot Jansen, e Almte. Newton Cardoso, também agraciados com a "Medalha do Mérito Aeronáutico".



a instalação da 30ª Vara Cível da Capital, criada pela Lei nº 6.480/2002, de 13 de dezembro de 2002. Através da Resolução de nº 14/2007, aprovada pelo pleno do TJE em 28 de março último, a 30ª Vara Cível teve a sua competência específica privativa definida para apreciar e julgar ações executivas fiscais do Estado.

■ A Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém publicou o Provimento nº 01/2007, que institui a obrigatoriedade e estabelece procedimentos de utilização do Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP XXI).

■ A presidente Albanira Bemerguy, instituiu, através da Portaria nº 1174/2007, a Comissão de Enquadramento no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário, criado pela Lei nº 6.969, no último dia 9.

■ O “Dia Nacional da Adoção” foi celebrado em Belém com uma programação especial do TJE, através da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI-PA), em parceria com a Vara da Infância e Juventude e o Grupo de Apoio à Adoção Renascer.

- A desembargadora Luzia Nadja Nascimento, corregedora das Comarcas da Região Metropolitana de Belém, esteve em visita às Comarcas de Marituba e Benevides reunindo com juizes e diretores de Secretária.

■ Os projetos de lei que cria a estrutura para funcionamento da 20ª Vara Penal de Combate ao Crime Organizado e o que prevê a reestruturação organo-funcional do Judiciário foram aprovadas

em sessão pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA).

■ O curso sobre Processo Eletrônico, promovido pelo TJE, através da Escola Superior da Magistratura, constituiu-se mais um passo largo na modernização tecnológica do Judiciário paraense.

■ A desembargadora Albanira Bemerguy, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, é admitida no grau de “Comendador do Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval”, conforme ato do Presidente da República, acolhendo proposta do Conselho da referida Ordem.

- As Corregedorias das Comarcas da Região Metropolitana de Belém e do Interior promovem um levantamento de presos temporários e da situação processual de cada um, objetivando compor um quadro real sobre a quantidade de detentos e a natureza de cada prisão.

■ O Pleno do Tribunal de Justiça aprovou a Resolução nº 17/2007, que redefine as Regiões Judiciárias do Estado do Pará, estabelece critérios de provimentos e institui os Pólos Administrativos no Judiciário.

## JUNHO

■ Com apenas três meses em funcionamento, a Central de Apoio ao Magistrado, coordenada pelo juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco, já prestou cerca de 270 atendimentos, abrangendo mais de 150 magistrados.



O Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção (XII ENAPA), reuniu cerca de trezentas pessoas no auditório do Fórum Cível de Belém.



Desa. Albanira Bemerguy, promoveu a instalação da 30ª Vara Cível da Capital, que tem a competência específica privativa definida para apreciar e julgar ações executivas fiscais do Estado.

■ Começam as oficinas de preparação para implantação do Projeto de Modernização de Gestão de Pessoas, definido pela Presidência do TJE.

■ A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior publicou o Provimento nº 004/2007, que dispõe sobre a prioridade de tramitação do processo criminal relativo a réu preso provisório.

■ A desembargadora Osmarina Onadir Sampaio Nery foi homenageada pelos integrantes do Pleno do TJE Após 47 anos de carreira, dedicados à magistratura paraense, a desembargadora deixa o Judiciário por ter atingido a idade limite de atividade em cargo público.

- Vitaliciados 15 juízes aprovados durante o período probatório.

- Resoluções aprovadas redefinem competência de Varas em Bragança e Itaituba.

■ Outorga da Comenda que formaliza a admissão no grau de Comendador do Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval.

- Convênio do TJE com o Município de Belém viabiliza espaço para ações sócio-educativas A iniciativa integra o programa de ações prioritárias estabelecido pela desembargadora Albanira Bermeguy, através da aplicação de penas e medidas alternativas, como uma das formas de reduzir e prevenir a marginalização, principalmente de jovens e adolescentes, e a redução de ingressos no sistema penal.

■ Pleno aprovou Resolução criando, no âmbito do Fórum Cível da Comarca de Belém, o “Núcleo

de Cumprimento de Mandados Oriundos das Varas de Competência em Matéria Fiscal”.

- O Pleno do Judiciário paraense aprovou Resolução, estabelecendo as novas competências das Varas da Comarca de Belém e distrito de Icoaraci, as quais foram renumeradas.

- Pleno declara aberta uma vaga no desembargo do Judiciário paraense, em função da aposentadoria compulsória da desembargadora Osmarina Onadir Sampaio Nery.

■ Homenageada com a outorga da Medalha do “Mérito Judiciário” a Juíza Jacyra Rabelo, que se despediu por motivo de aposentadoria.

■ VII Encontro Estadual de Juízes e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, no Rio Grande do Norte.

■ Aprovada Resolução que dispõe sobre a instalação de Centrais e Núcleos de Penas e Medidas Alternativas nas Comarcas sedes de região judiciária do interior do Estado. A Resolução também redefine a Central da Comarca de Santarém, redimensionando-a.

- O Pleno do TJE decidiu promover seis magistrados para Comarcas de 2ª Entrância. Também foi preenchida a Vara Agrária de Redenção.

■ Sancionada a Lei nº 6.982/2007, que cria estrutura funcional para a 20ª Vara Penal, restritiva de combate ao crime organizado.

- Seminário da Magistratura reuniu em Marabá juízes de 21 Comarcas do Sudeste.

- TJE definiu com entidades conveniadas a ope-

Convênio entre a Prefeitura e o Tribunal de Justiça do Estado abre espaço para os projetos de reeducação e reinserção social através de penas e medidas alternativas. Na foto, a presidente do TJE, Des. Albanira Bemerguy e o prefeito de Belém, Duciomar Costa assinam o documento, presentes, também a Des. Nazaré Gouveia e o juiz Cláudio Rendeiro.



A desembargadora Osmarina Onadir Sampaio Nery foi homenageada pelos integrantes do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado. Após 47 anos de carreira (12 de desembargo) dedicados à magistratura paraense, a desembargadora deixou o Judiciário por ter atingido a idade limite de atividade em cargo público.



racionalização de penas e medidas alternativas.

■ Assinatura de convênio entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Receita Federal permite o acesso “on-line” de magistrados a banco de dados com informações sobre identificação, localização e bens de devedores.

- Acórdãos do TJE serão disponibilizados via internet a partir de 2 de julho.

- Escola da Magistratura firma convênios e promove cursos de especialização.

## **JULHO**

Convênio celebrado entre TJE, Defensoria e MP para assistência a crianças e adolescentes em Santarém objetivou parceria para a implantação do NAECA - Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente Regional naquele Município, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

■ A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado submeteu à avaliação do Pleno, proposta de Resolução que determina o recolhimento das custas judiciais, no interior e na capital do Estado, sejam revertidas em prol do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário. Também disciplina a remuneração dos titulares das serventias estatizadas pela Lei nº 5656/91, enquadrando-os como diretores de secretarias na respectiva entrância em que se encontrarem, observados os requisitos legais.

- Pleno do TJE promoveu doze magistrados e removeu outros sete.

■ O TJE readequou a localização das sedes e jurisdição das Varas Agrárias do Estado. A mudança decorre da instalação da Vara Agrária de Rendeção, no primeiro semestre deste ano. As sedes e jurisdição foram definidas na Resolução 021/2003 do TJE, e alteradas pela Resolução 021/2006, aprovada pelo Pleno do Tribunal.

■ Através da Resolução nº 028/2007, o Tribunal de Justiça regulamentou a estrutura de funcionamento da Coordenadoria Geral de Gestão criada pela Lei nº 6.983/2007.

## **AGOSTO**

■ Publicada a Portaria nº 1696/2007 que define o número de 86 magistrados distribuídos entre as 16 Regiões Judiciárias.

- Mais treze magistrados foram removidos e promovidos pelo Pleno do TJE

- O juiz Roberto Andres Itzcovich, juiz e diretor do Fórum de Paragominas, editou na Comarca a Portaria nº 019/2007, determinando a instalação da Central de Mandados.

- Presidente do TJE reuniu com juízes que passam a ocupar novas Varas em Comarcas do interior

■ A Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém publicou o Provimento nº 02/2007, que dispõe sobre a execução de penas privativas de liberdade na RMB, instituindo normas de procedimentos quanto à sua execução.

- Palestra sobre a “Lei Maria da Penha” e Perfil de Magistrada abriram a celebração alusiva à Instituição dos Cursos Jurídicos pelo TJE



Homenagem prestada, no dia 15.06.2007, no auditório do Fórum Cível, à Juíza Jacyra Moraes Rabelo, titular da 24ª. Vara Cível (Infância e Juventude), em processo de aposentadoria ao chegar à idade limite no serviço público. A presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Albanira Bemerguy, presidiu a Sessão Especial e Mérito Judiciário no termo da magistratura da Juíza Jacyra Rabelo



Convênio celebrado na manhã de 02.07.2007, na sede do Tribunal de Justiça do Estado, estabelece cooperação entre o Poder Judiciário, através da 7ª. Vara de Infância e Juventude, o Ministério Público e a Defensoria Pública, objetivando parceria para a implantação do NAECA - Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente Regional em Santarém, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

- Celebração do Judiciário à Instituição dos Cursos Jurídicos prossegue com seminário em Santarém.

■ O Tribunal de Justiça do Estado instalou a Comarca de Goianésia do Pará, na região Sudeste do Pará. O desembargador Constantino Augusto Guerreiro, corregedor de Justiça das Comarcas do Interior, conduziu a cerimônia representando a Presidência do TJE.

■ 6º Seminário Regional de Magistratura Paraense realizado em Santarém.

- TJE compõe comissões para realização de concurso de juízes e serventuários.

■ Judiciário paraense realiza Simpósio Internacional da Magistratura, encerrando a programação especial do TJE alusiva ao transcurso dos 180 anos da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil.

■ Decisão do Conselho Nacional de Justiça, referenciou como exemplo a votação aberta que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota na composição da lista triplíce para preenchimento de vaga de desembargador pelo quinto constitucional. Respondendo a consulta que lhe foi formulada, o CNJ recomendou que a votação seja nominal e fundamentada.

■ Convênio de Cooperação Tecnológica entre Tribunais do Norte e Nordeste permite compartilhamento de sistemas digitais.

■ A Comissão de Estudos e Monitoramento de Combate a Grilagem de Terras anuncia a con-

clusão do estudo jurídico sobre a possibilidade de cancelamento de registros tidos como nulos, pela via administrativa. O material discutido durante reunião, visa subsidiar juridicamente a proposta a ser apresentada aos Corregedores de Justiça. A sugestão da Comissão é para que o Tribunal crie mecanismos (através de Resolução ou Provimento), permitindo ao Estado, através de seus órgãos Incra, Iterpa, Procuradorias e Advocacia Geral da União iniciar e finalizar os procedimentos para cancelamento de títulos irregulares, garantindo ao interessado o direito da ampla defesa.

## **SETEMBRO**

- Corregedora inicia correições em secretaria de varas penais da capital.

- CNJ distribui 2 mil computadores aos Tribunais de todo país para o "Projudi".

- Juízes Maria do Céu Coutinho e Ronaldo Valle convocados para atuação no 2º Grau.

■ A Presidência do TJE constitui Comissão específica para estudo e parecer acerca da precariedade das instalações dos abrigos de crianças e adolescentes em situação de risco.

- Novas instalações para a 24ª Vara da Infância e Adolescência.

- Corregedoria das Comarcas da RMB realiza correições em Juizados e Varas Criminais.

- Criada Comissão Especial para o Movimento Pela Conciliação.

■ A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, visando regulamentar o artigo 615-A, introduzido no Código de Processo Civil

A desembargadora Albanira Bemerguy, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, procedeu, dia 16.08.2007, a abertura do 6º Seminário Regional de Magistratura Paraense, que aconteceu até o dia 18, em Santarém. O evento, que contou com a presença de juízes que atuam nas 20 Comarcas da região Oeste do Pará, fez parte da programação especial do Judiciário alusiva ao transcurso dos 180 anos da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil



A coincidência do primeiro aniversário de promulgação da “Lei Maria da Penha” com a celebração da Instituição dos Cursos Jurídicos no país proporcionou a oportunidade para uma palestra especial sobre o tema, seguido de debates de representantes de segmentos relacionados à matéria. O evento integrou a programação do TJE, composta de vários momentos de ações do Judiciário paraense.



pela Lei 11.382/2006, publicou o Provimento nº 005/2007-CJCI, sobre a expedição de certidão de ajuizamento da ação, com o fim de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto, com o objetivo de garantir a satisfação do crédito do exequente.

- Comarca de Paragominas ganha Central de Atendimento ao Público

- Projeto de ressocialização de apenados é levado em mais uma escola da periferia

■ A Coordenadoria Geral de Gestão e a Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado promovem o curso de Licitação e Contratos na Administração Pública, voltado para os servidores do Poder Judiciário.

■ I Encontro de Ouvidorias do Estado.

## **OUTUBRO**

■ O Juizado do Consumidor passou a funcionar em novas e modernas instalações, à trav. D. Romualdo de Seixas, esquina com rua Diogo Moia, melhorando, assim, as condições de acesso e atendimento às partes, após deixar as antigas e inadequadas dependências do Largo da Trindade.

■ Pleno do TJE declara aberta vaga no desembargo pelo falecimento do desembargador Geraldo Lima.

- Programa de Interiorização das Penas e Medidas Alternativas já atendeu quatro Pólos Administrativos.

- TJE adquiriu 550 novos computadores para atendimento das Comarcas da Capital e do Interior.

- Juiz da infância de Belém determina inspeção judicial nos Conselhos Tutelares.

- Programa de Interiorização das Penas e Medidas Alternativas atendeu mais três Pólos Administrativos.

- Cejai iniciou cronograma de visitas em abrigos da Região Metropolitana de Belém.

- Posse de novos titulares de Comarcas e promoções na Capital e Interior.

- Pleno do TJE promoveu magistrados para Comarcas do Interior e Capital.

## **NOVEMBRO**

■ Entra em funcionamento no Tribunal de Justiça o “Protocolo Judicial 24 Horas”.

- Judiciário lança Programa de Qualidade de Vida no Trabalho na Semana do Servidor.

- Pleno homenageia Egydio Salles dando seu nome ao Fórum de Canaã dos Carajás.

■ Magistrados tomam posse nas Comarcas de Belém e do Interior.

- TJE formalizou a promoção de magistrados para a Capital e Interior.

- Novo Portal do Judiciário amplia acesso as informações do Judiciário.

- Juizado Cível e Criminal do Idoso passa a funcionar em novas dependências

- VEPMA inicia segunda etapa do projeto de capacitação e interiorização nos Pólos Administrativos.



**Desa. Albanira Bemerguy na posse dos 15 juízes substitutos**

- Juizado de Trânsito de Belém entre os cinco melhores do Brasil.

■ O Pleno aprovou as Resoluções nº 033/2007 e nº 035/2007, respectivamente, redefinindo a competência de algumas Varas Criminais e renumerando-as de acordo com as novas competências.

- Comarca de Parauapebas ganha 3ª Vara Judicial.

- Instalada em Canaã dos Carajás a 107ª Comarca do Estado.

## **DEZEMBRO**

■ Aberta oficialmente pela presidente Albanira Bemerguy, a programação da Semana Nacional da Conciliação, pautando quase 13 mil audiências, um dos números mais altos em todo o Brasil. Belém foi uma das cinco capitais brasileiras escolhidas para a abertura nacional do evento. Essa expressiva participação do Judiciário paraense foi destacada pelo conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, do Conselho Nacional de Justiça, que representou aquele órgão na cerimônia de abertura.

■ Foram realizadas, pela primeira vez, audiências de conciliação no segundo grau do Poder Judiciário, como parte da Semana Nacional da Conciliação no Estado.

■ A presidente Albanira Bemerguy foi a Brasília, participar de uma reunião no Supremo Tribunal Federal. Em pauta, a aplicação dos dispositivos legais regimentais relativos ao instituto da Reper-

cussão Geral no recurso extraordinário, especialmente quanto aos processos múltiplos.

- Seminário sobre "Responsabilidade Civil", que integra a programação acadêmica da Escola da Magistratura Paraense (ESM) e é destinado aos magistrados e assessores da Justiça. Foi realizado em duas noites, no auditório "Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes", no prédio do Fórum Cível, tendo sido aberto pelo diretor-geral da ESM, desembargador Milton Nobre, em mesa oficial presidida pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Rômulo Nunes.

- A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior programou para o período de 10 a 14 deste mês, na Comarca de Santarém, a primeira ação conjunta para verificação do trâmite processual relativo a réus presos provisórios. De acordo com o corregedor Constantino Augusto Guerreiro, serão analisados quase 300 processos de réus que encontram-se custodiados na Central de Triagem e no Centro de Recuperação Sílvio Hall de Moura.

■ A Ação Justiça Cidadã, programação prevista para se estender até às 17h, na praça Batis-ta Campos, encerra a Semana Nacional da Conciliação, recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça.

■ O Tribunal de Justiça do Estado recebe até o dia 28, inscrições para o concurso público para Juiz Substituto, cujo edital foi publicado no Diário da Justiça edição do dia 7 de dezembro. A aplicação da prova objetiva está agendada para o dia 27 de janeiro do próximo ano. Estão sendo oferecidas 50



Desde o dia 2 de outubro de 2007, o Juizado do Consumidor reiniciou o atendimento aos interessados em nova sede, que foi instalada à rua Diogo Moia, esquina com a travessa D. Romualdo de Seixas, no Umarizal, onde oferece, também, maior facilidade de acesso ao público. No retorno à normalidade, o expediente em que as partes são atendidas, para ajuizar reclamações e audiências, será o mesmo de sempre, das 13 às 19 horas.

O novo Portal do Judiciário, que está no ar desde o dia 12 de novembro, oferece uma série de inovações em relação ao anterior, objetivando maiores facilidades de acesso aos interessados aos canais de informações de que necessitarem, ao mesmo tempo em que ampliou o leque de serviços proporcionados aos usuários.



vagas, com salário inicial de R\$ 14.507,19. O concurso será realizado pela Fundação Getúlio Vargas. A comissão é presidida pelo vice-presidente do TJE, desembargador Rômulo Nunes.

■ A Semana da Conciliação no Judiciário paraense resultou em mais de 15 mil pessoas atendidas, com realização de 7.077 audiências realizadas das 13.085 que haviam sido designadas para apreciação nos cinco dias de mutirão. O índice de conciliação registrado em todo o Estado foi de 56%, ficando acima da média nacional que foi em torno de 50%. Os números no Pará foram encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça, que está fazendo o levantamento estatístico nacional.

- O juiz Raimundo Rodrigues Santana, da 1ª Vara da Comarca de Barcarena, determinou a interdição do setor de carceragem da Delegacia de Barcarena e o integral cumprimento da Portaria nº. 001/2006, da Comarca, que decretou a intervenção do setor de carceragem da Delegacia de Vila dos Cabanos.

■ A juíza Cristina Collyer Damaso, da 3ª Vara Penal de Altamira, realiza dois dias de mutirão para análise de processos de presos provisórios. A previsão da magistrada é de analisar cerca de 80 processos. No início deste mês, o Juízo da 3ª Vara realizou mutirão no Centro de Recuperação de Altamira, resultando na avaliação de 104 pedidos referentes a 63 processos, sendo 89 deles concedidos.

■ Avaliar o desempenho dos serviços prestados por quem cumpre pena alternativa nessa modalidade, e o quanto este prestador está contri-

buindo com a instituição foi um dos objetivos da reunião realizada no auditório do Fórum Cível da Capital, pelo juiz Cláudio Henrique Rendeiro da Vara de Execução de Penas Alternativas de Belém e Ananindeua. Para os representantes das cinco instituições que compareceram a reunião os serviços prestados são de grande ajuda e os chamados, prestadores são considerados “importantes colaboradores das instituições”.

■ Juizado da Infância e Juventude de Tomé-Açu promoveu ação conjunta com a DPA-Delegacia de Polícia Administrativa, fiscalizando o cumprimento de disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente. A ação enfocou, principalmente, o ingresso e permanência de menores em bares, dancings e outros locais onde são realizadas diversas festas. A operação foi coordenada pela juíza da Comarca, Maria Augusta Freitas da Cunha com o apoio da Polícia Militar e da Prefeitura Municipal.

■ Em cerimônia presidida pela desembargadora Albanira Bemerguy, foi entregue aos jurisdicionados de Mosqueiro, o novo Fórum Distrital, que passou por obras de reforma.

■ Representantes da Magistratura paraense, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Pará, e dos Poderes Legislativo e Executivo de Altamira participaram da cerimônia de instalação da 4ª Vara Judicial da Comarca de Altamira, presidida pela desembargadora Albanira Bemerguy.



Belém foi uma das cinco capitais em que a *Semana Nacional da Conciliação* foi aberta oficialmente por integrante do CNJ.



■ Realizada a última sessão plenária do ano do TJE. A presidente Albanira Bemerguy apresentou ao Colégio de Desembargadores um resumo do Relatório de Gestão, a ser apresentado por ocasião do transcurso do primeiro ano da sua gestão.

- Após quatro meses de trabalho, a Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém finalizou a correição ordinária em todas as Varas e Juizados Criminais das Comarcas que integram a RMB, que são Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e distritos de Icoaraci e Mosqueiro. Foram correicionadas 32 Varas Criminais, 9 Juizados Criminais e uma Vara Militar. A Corregedoria também iniciou a correição na área Cível, com atividades realizadas em sete cartórios extrajudiciais.

- A campanha Natal Solidário, organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado, realizou mais uma programação de distribuição de brinquedos, atendendo cerca de 80 crianças do Espaço de Acolhimento Provisório Infantil (EAPI), no bairro do Satélite. A presidente do TJE, desembargadora Albanira Bemerguy, esteve presente na festa preparada para as crianças, juntamente com as desembargadoras Carmencin Cavalcante e Maria Rita Xavier, e também com a juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude de Belém, Odete Carvalho.

**Des. Otávio Marcelino Maciel, Ouvidor Agrário do Estado, em missão de trabalho no município de Castanhal. No alto, Des. Presidente, Albanira Bemerguy entrega à Juíza Graça Alfaia o Fórum do Distrito de Mosqueiro, após a reforma**





● A presidente do TJE procede outorga da Medalha do Mérito Judiciário ao ministro Sepúlveda Pertence e da aula inaugural da ESM, discorrendo sobre a importância da instituição. O ministro agradeceu a homenagem, bem como a medalha recebida como grandes honrarias



Na sessão solene de posse da Desa. Dahil Paraense, a presidente Albanira Bemerguy, manifestou a "rara felicidade em presidir o ato em que o Colégio de Desembargadores recebe essa nova Colega"



Homenagem prestada pela Câmara Municipal de Belém à Desa. Albanira Bemerguy, pelo Dia Internacional da Mulher



A Presidente do Tribunal de Justiça, Desa. Albanira Bemerguy, recebe a Medalha Paraense do Mérito Contábil



Desa. Albanira Bemerguy em visita ao arcebispo metropolitano de Belém, D. Orani Tempesta e D. Vicente Zico

A Presidente do TJE, Des. Albanira Bemerguy é condecorada com o Colar do Mérito do Ministério Público de Contas, por seu Procurador-Chefe Dr. Antonio Maria Cavalcanti. Na foto ao lado, recebe visita do Secretário Geral da ONU, Bon-ki Moon e esposa.



Desa. Albanira Bemerguy com a Ministra Ellen Gracie, em Brasília. Na foto ao lado, com o Vice-Presidente do TJE, Des. Rômulo Nunes, recepcionando o Consul Geral do Japão.



**A Presidente do TJE, Desa. Albanira Bemerguy acompanhada pela Desa. Carmencin Marques Cavalcante, Presidente da Comissão Especial para Melhor Atendimento à Infância e Adolescência, e da Juíza Odete Carvalho em visita ao EAPI do Conj. Satélite, onde cerca de 80 crianças receberam brinquedos pela campanha Natal Solidário, organizada pelo TJE**





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

### **Relatório de Gestão 2007**

DESEMBARGADORA ALBANIRA LOBATO BEMERGUY  
Presidente

DESEMBARGADOR RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES  
Vice-Presidente

#### Coordenação - Elaboração

TERESA LUSIA M. C. CATIVO ROSA  
Secretária Geral de Gestão

SUELI LIMA RAMOS AZEVEDO  
Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças

MÁRIO JOSÉ MATOS TAVARES  
Secretário de Informática

FRANCISCO OLIVEIRA CAMPOS FILHO  
Secretário de Administração

#### Edição - Departamento de Comunicação Social

RUI BASTOS  
Diretor

LINOMAR BAHIA  
Coordenador de Imprensa

MARINALDA RIBEIRO  
Apoio Jornalístico

THELMA LIMA  
Revisão

NEWTON RICARDO OLIVEIRA  
e MARCUS ROCHA  
Fotos

VALMIK CÂMARA  
Projeto/Editoração

N.Cham. 341.419709811 P221r

Autor: Pará Tribunal de Justiça

Título: Relatório de gestão 2007.



20430

15726

Ex.2 TJE-PA BTS



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ